

PESQUISA DE PREÇO

I - Descrição do objeto a ser contratado: Conforme Estudo Técnico Preliminar 11/2024 Secretaria de Finanças.

II - Identificação do agente responsável pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento: Laudicéia Dreher

III - caracterização das fontes consultadas: site de cursos: Famurs, DPM Educação, e Igam Cursos não dispõem deste curso no momento.

IV - série de preços coletados: Conforme orçamento em anexo

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado: valor obtido da única proposta.

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável: único valor

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte: Conforme orçamento em anexo.

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º deste regulamento: Empresas que prestam este serviço de capacitações de servidores a Prefeitura.

Laudicéia Dreher

Assessoria de Compras e Contratações

Boa Vista do Inara, 05 junho de 2024.

Início / Escola Famurs / Bem vindo a Escola Famurs / Conheça nossos cursos
/ FORMAÇÃO DE FISCAIS MUNICIPAIS

FORMAÇÃO DE FISCAIS MUNICIPAIS

Vagas disponíveis: 50 vagas

Valor para associados: **R\$ 586,00**

Valor para não associados: **R\$ 885,00**

FORMAÇÃO DE FISCAIS MUNICIPAIS: TREINAMENTO PARA NOVOS FISCAIS E RECICLAGEM PARA OS DEMAIS. GESTÃO DE FLUXOS E PROCESSOS

Local: EAD

Data: 11 e 12 de junho de 2024

Horário: das 9h às 12h - 13h às 16h

Carga Horária: 12h/a (dois dias)

VAGAS LIMITADAS

Forma de Pagamento:

Será encaminhado NF e Boleto para o email cadastrado, uma semana antes da realização do curso.

Público-alvo:

Fiscais Tributários Municipais, Secretários de Finanças.

Objetivo:

Habilitar os Fiscais Tributários Municipais iniciantes na carreira a realizar seu trabalho com a técnica e conhecimento legal que o cargo exige bem como reciclar o conhecimento de Fiscais experientes. O curso proporcionará a teoria e prática a partir da análise de casos recorrentes nas Administrações Tributárias Municipais e a confecção dos documentos formais mais utilizados no dia a dia da fiscalização, possibilitando assimilar pontos fundamentais da matéria.

Conteúdo Programático:

I - NOÇÕES GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

- a. Sistema Constitucional Tributário: características, fontes, competências, espécies tributárias;
- b. Limitações ao poder de tributar: princípios tributários e imunidades;
- c. Tributos Municipais: espécies, fato gerador, obrigações principal e acessória, sujeitos ativo e passivo, capacidade Tributária, domicílio tributário, responsabilidade tributária, base de cálculo, alíquota.
- d. Crédito Tributário: lançamento, suspensão, extinção e exclusão, garantias e privilégios;

II - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

- a. Competência privativa;
- b. Competência concorrente atinente ao Simples Nacional;

- c. Competência delegada (ITR);
- d. Dívida ativa, certidão negativa e positiva e responsabilidades funcionais.

III - ATOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

- a. Procedimento Administrativo fiscal: atos e formalidades, o que o Fisco pode exigir, quando se considera iniciada a fiscalização, prazos para conclusão, denúncia espontânea, apreensão de documentos, arbitramento de receita, auto de infração, nulidades, revisão de lançamento, multa por descumprimento de obrigação acessória, multa punitiva, julgamento das impugnações e recursos administrativos, etc;
- b. Aplicabilidade e elaboração prática das formalidades mais usuais: termo de intimação, termo de início de ação fiscal, auto de infração, notificação de lançamento, relatório interno de fiscalização, termo de encerramento, auto de interdição;
- c. Sigilo fiscal no CTN e Sigilo bancário da LC nº 105/2001. Jurisprudência correlata;
- d. Poder fiscalizatório do fiscal tributário frente às empresas optantes pelo Simples Nacional;
- e. Decadência e prescrição do crédito tributário: termo "a quo", causas de interrupção e suspensão.

IV - GESTÃO DAS AÇÕES FISCAIS

- a. Legislação para fiscalização orientadora: minuta de lei, quando é aplicável, quais seus efeitos, como aplicar, abertura de processo pelo não cumprimento, adoção obrigatória ou facultativa;
- b. Calendário da Fiscalização Tributária.
- c. Plano de Trabalho da Fiscalização Tributária:
 - Diretrizes para construção do Plano;
 - Sugestão para elaboração do Plano de Fiscalização.

Facilitadores



Cristine Fink

[Ver Currículo](#)

